

CUT-MG



O novo marco, segundo o relator Eduardo Braga, traz esclarecimentos que darão segurança jurídica

PAUTA ECONÔMICA

# Aprovada lei dos minerais críticos

Mesmo com a aprovação no Senado, setor produtivo demonstra preocupação com segurança jurídica e bônus

» ROSANA HESSEL

O Senado Federal aprovou, ontem, em votação simbólica, o Projeto de Lei (PL) dos minerais críticos, o PL 2780/2024. A proposta, relatada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE). A matéria foi apreciada rapidamente pelos senadores, em regime de urgência. Apesar da aprovação do PL dos minerais críticos, o setor produtivo demonstrou preocupação com a questão da segurança jurídica e a criação de um bônus que será cobrado pela União antes mesmo da exploração.

Em linhas gerais, o texto do relator manteve a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados, e segue para a sanção. Foram feitos alguns ajustes de redação, como padronização de termos e correções técnicas em dispositivos ligados ao fundo garantidor e à rastreabilidade. A proposta prevê mecanismos de rastreabilidade para assegurar origem e conformidade socioambiental e regulatória ao longo da cadeia produtiva. De acordo com o relator, o PL chega em um momento apropriado, porque “traz instrumentos financeiros importantes, traz esclarecimentos que vão dar segurança jurídica para o investidor”, garantida também para todo o setor de mineração. “A meu juízo, esta lei, tanto para o país quanto para os estados que possuem potencial mineral, é extremamente salutar”, afirmou. Segundo ele, o Conselho vai homologar os contratos e as associações que serão feitas entre os entes públicos e privados. “O que nós não estaremos mais abrindo mão é da soberania nacional e da discussão de uma estratégia nacional para agregar valor econômico a um minério que não tem reposição. Ele é um recurso natural que não tem renovação e que, lamentavelmente, há décadas, nós mandamos para fora do Brasil esses minérios in natura. E, lamentavelmente, temos que importar como bens finais, pagando um valor agregado muitas vezes maior do que o valor que nós exportamos”, acrescentou.

### Tramitação acelerada

Um dos parlamentares que elogiaram a matéria, a senadora Tereza Cristina (PL-MS) lamentou a tramitação acelerada do PL dos minerais críticos, mas reconheceu a necessidade de mais estudos para mapear melhor as jazidas existentes no subsolo brasileiro. “O mundo inteiro está de olho nessas reservas que o Brasil tem e que ainda não estão totalmente prospectadas. Nós, hoje, temos mais ou menos 28%, 30% do que nós temos no nosso subsolo, e nós podemos ter muito mais. Então, eu acho que é um projeto importante para ser votado neste dia”, afirmou. Para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a aprovação do PL dos minerais críticos deve ampliar a capacidade produtiva brasileira sem criar restrições

que reduzam a competitividade internacional dos projetos. “A inserção em mercados externos é especialmente relevante para empreendimentos de minerais estratégicos, que dependem de escala, investimentos de longo prazo e integração às cadeias globais de valor”, destacou a entidade, por meio de nota. De acordo com a instituição, a efetividade da iniciativa “dependerá de aprimoramentos regulatórios que garantam segurança jurídica, previsibilidade e condições adequadas para estimular investimentos no setor”. Além disso, a criação de um bônus de assinatura destinado à União, a ser pago pelo empreendedor no momento da obtenção do título minerário, é motivo de preocupação para a Federação. “A medida representa uma nova obrigação financeira sobre um setor que já está submetido a uma elevada carga tributária, além de custos regulatórios, exigências ambientais, compensações e demais encargos administrativos”, informou. Segundo a entidade, a inclusão de uma cobrança adicional antes mesmo da implantação ou operação dos empreendimentos “pode elevar custos, reduzir a atratividade dos projetos e afastar investimentos necessários ao desenvolvimento da cadeia de minerais críticos no Brasil”. “Os minerais críticos e estratégicos ocupam posição central na transformação da economia global. Para a Fiemg, o Brasil tem a oportunidade de avançar na cadeia de valor desses recursos, ampliando não apenas a produção mineral, mas também as etapas de beneficiamento, transformação e desenvolvimento tecnológico, desde que sejam estabelecidas condições regulatórias adequadas para o desenvolvimento do setor”, destacou a nota.

Entre os pontos de atenção da proposta, segundo a Fiemg, está a criação do CIMCE, cujas competências atribuídas ao colegiado “são amplas e apresentam elevado grau de subjetividade, o que pode gerar insegurança jurídica e excesso de discricionariedade na implementação das políticas relacionadas ao setor”. Outro ponto de atenção destacado pela Fiemg é a exigência de destinação da produção ao mercado interno como critério para habilitação no Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos (PMFCE). Para a entidade, essa obrigação “pode gerar incertezas para as empresas, uma vez que não há garantia sobre a existência de demanda interna suficiente ou sobre a possibilidade de conciliar o atendimento ao mercado nacional com oportunidades de exportação”. Na avaliação do setor produtivo, a discussão sobre minerais críticos ganha relevância diante da crescente disputa internacional por recursos essenciais à fabricação de tecnologias como ímãs permanentes, motores elétricos e equipamentos de geração de energia. “No caso das terras raras, o desafio brasileiro é avançar não apenas na produção mineral, mas também nas etapas de separação, processamento e transformação, que agregam maior valor à cadeia”, defendeu a entidade que destacou que o estado reúne ativos importantes para esse movimento.

### » Bolsa dispara 3,05% com Quaest

Em um pregão marcado por uma firme alta, o Ibovespa voltou ao patamar dos 185 mil pontos (alta de 3,05%, aos 185.205,09 pontos), maior nível desde maio, pautado pelo “trade” eleitoral. Após a pesquisa Quaest divulgada ontem, os investidores voltaram a se animar com o acirramento da disputa entre o senador Flávio Bolsonaro (PL) e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no segundo turno das eleições, confiantes de que uma eventual vitória da chapa à direita represente maior compromisso com as contas públicas

ESCOLHA A

ESCOLA

DO

SEU FILHO

2026

20

Anos

A 20ª edição do Escolha a Escola do Seu Filho chega ainda mais forte, moderna e relevante.

Consolidado como uma das principais vitrines educacionais do Distrito Federal, o projeto evolui para ampliar a visibilidade das instituições de ensino e aproximar escolas e famílias.

Sua escola pode fazer parte dessa iniciativa reconhecida pela credibilidade, alcance e tradição do Correio Braziliense.

Entre em contato com a nossa equipe comercial e garanta a presença da sua marca:

CB

CB

CB

CB

CB

Escola montessori

olimpo

COLÉGIO MARISTA DE BRASÍLIA

SES

LEONARDO DAVINCI

SIS Swiss International School

Heavenly INTERNATIONAL SCHOOL

La Salle Rede de Educação

SINEPE/DF Educação Livre Educação

BRINK KIDS

Educação Adventista

Realização:

Correio Braziliense

Clube de Fãs

TV BRASILIA

Produção:

CB Brands